

54 determinado polígono é de acordo com a característica. **Joseano (UNITINS)**
 55 pontuou que é uma espécie de muitas formações que não são apenas do
 56 cerradão. **Rodrigo (SEPLAN)** concordou que as observações estão corretas,
 57 que foi identificado como uma característica; pediu desculpas e pontuou que é
 58 porque há uma dominância nessa área, mas isso não significa que não ocorra
 59 em outras áreas. **Joseano (UNITINS)** disse que a dominância em outras áreas
 60 que não nas de cerradão e floresta estacional; número de espécie por área de
 61 distribuição delas é maior em cerrado do que em cerradão e floresta estacional,
 62 tanto é que em cerrado tem muito porte - média 6 a 8 metros, então
 63 automaticamente já teria sombreamento e na floresta estacional mais ainda;
 64 sugeriu dar uma revisada nesses pontos. **Beatriz (SEMADES)** aproveitou que
 65 o Rodrigo estava falando de Paranã, solicitou um esclarecimento em relação a
 66 apresentação sobre os pontos no Estado que ocorrem cerrado rupestre; para
 67 ela, do ponto de vista da topografia, o cerrado rupestre seria em altitudes acima
 68 de 1.000 (mil) metros, e que está sendo apontado cerrado rupestre no Lajeado
 69 que deve ter no máximo 500 (quinhentos) metros e Serra Geral; concluindo
 70 solicitou esclarecimentos quanto outras explicações que o trabalho utilizou para
 71 apontar o cerrado rupestre, pois para ela o mesmo atinge o Sul do Estado na
 72 região de Paranã. **Rodrigo (SEPLAN)** respondeu que essa discussão até
 73 caberia em um Câmara Técnica; falou de alguns estudos realizados no Estado;
 74 que ficava registrado o referido comentário e que ele não teria como discutir a
 75 questão naquele momento. **Beatriz (SEMADES)** disse que pontuou para
 76 chamar a atenção, pois o Estado está em um processo de estudos para a
 77 criação de Unidades de Conservação e Ecossistema ainda não contemplado
 78 em uma proteção específica; que está sendo trabalhado com estudos que tem
 79 essa informação, que se tem cerrado rupestre restrito em Paranã, que por isso
 80 está sendo defendido esse ecossistema, que ainda não está contemplado em
 81 Unidade de Conservação; solicitou esclarecimentos se a classificação não é
 82 essa, então já teria contemplado a Serra do Lajeado e a Serra Geral do
 83 Jalapão. **Rodrigo (SEPLAN)** respondeu que ficava o relato para que fosse
 84 discutido de forma mais precisa com o técnico responsável pelos estudos.
 85 **Joaquim (IBAMA)** observou que as orquídeas apresentadas todas são raras e
 86 de ocorrência somente no Tocantins. **Rodrigo (SEPLAN)** respondeu que 3.700
 87 espécies foram identificadas em ocorrências de gênero e família; na sequência
 88 ele fez a observação que a parte do Inventário Florestal vai ter uma discussão
 89 mais específica do procedimento e especificação das espécies. Concluiu que
 90 com esse trabalho o Estado tem uma base de informação adequada para
 91 executar o planejamento territorial executado pela Seplan por meio do
 92 Zoneamento Ecológico-Econômico, que está em fase de licitação. Citou que
 93 também se tem um nível de informação que pode servir como referência para
 94 análise de volume de material lenhoso e estoque de carbono e também nas
 95 discussões técnicas do licenciamento florestal do Estado, além de base para o
 96 Cadastro Ambiental Rural – CAR e também para discussão legal de como vai
 97 ser aplicado o percentual de Reserva Legal na Amazônia. Finalizou que a
 98 síntese do trabalho gerou 127 cartas em escala de 1x100.000 e uma série
 99 editorial, além disso tem uma base dados em *shape file*. O **Secretário**
 100 **Executivo Rubens** ratificou que o Inventário Florestal é uma discussão mais
 101 técnica, em âmbito de uma Câmara Técnica com reflexões do meio político;
 102 pontuou que no momento atual está sendo discutida uma revisão do Código
 103 Florestal Estadual, que é de 1995, então para ele, o Inventário veio em uma
 104 boa hora e vai dar suporte nas discussões e que está sendo estudado qual
 105 será o mecanismo legal para fazer a regulamentação do referido estudo e disse
 106 ainda que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do COEMA poderá dar um

107 direcionamento. Finalizando, Rubens agradeceu a confiança do Secretário e do
 108 Conselho, pontuando que substituir a Marli Santos não será fácil. **Bruno**
 109 **Carneiro (Ministério Público)** solicitou esclarecimentos; pontuou que foi gasto
 110 uma quantidade significativa na formulação do Inventário e questionou como foi
 111 feito o procedimento citado pelo secretário executivo Rubens; falou que via de
 112 uma outra forma e que ia consultar quanto a legalidade. Continuando,
 113 questionou se o trabalho vai ser submetido a aprovação do COEMA ou se era
 114 prerrogativa do Estado; justificou que no Coema vários setores vão ser contra o
 115 índice Florestal que foi apresentado, que saiu de 2% para 16%. **O Secretário**
 116 **Executivo Rubens** respondeu que essa questão ainda não tem resposta; que
 117 está sendo avaliado o impacto do ponto de vista legal; que o Inventário vem em
 118 um momento apropriado, explicando que ele vem no bojo da discussão recente
 119 do novo Código Florestal Nacional, com o Estado revisando sua Lei Florestal e
 120 elaborando um Plano de Floresta tanto do uso quanto da conservação, que vão
 121 ter reflexo direto no trabalho desenvolvido. Continuando, ratificou que o
 122 mecanismo legal que vai ser deliberado está sendo avaliado; que a assessoria
 123 jurídica da Semades está em contato com a Procuradoria Geral do Estado
 124 (PGE); que o interesse é do Estado e não do Goveno com reflexo em vários
 125 setores/segmentos. Para ele, provavelmente seja uma Lei Estadual devido a
 126 sua magnitude e que não sabe se uma Resolução do COEMA aguentaria tanta
 127 pressão. Continuando disse que provavelmente no âmbito das discussões que
 128 vão acontecer na Câmara Técnica tenha participação de especialistas,
 129 inclusive da parte legal, para que seja dado uma fundamentação e qual o
 130 caminho a seguir; concluiu dizendo que ficava devendo a resposta ao
 131 questionamento. **Cassius (CREA)** desejou ao novo secretário executivo
 132 Rubens um bom trabalho, que o Crea está tentando contribuir da melhor forma
 133 possível; que no caso específico do Mapeamento e Inventário Florestal o Crea
 134 deu uma antecipada reunindo engenheiros agrônomos e florestais para dar
 135 uma apreciada e tentar entender o trabalho. Disse que o primeiro
 136 questionamento do Bruno (MPE) é uma incógnita e que eles estavam
 137 buscando saber qual era o objetivo/finalidade do referido Mapeamento e do
 138 Inventário Florestal; que observaram que está bem descrito o objetivo que
 139 apresenta o volume do material lenhoso, da biomassa vegetal, do estoque de
 140 carbono, do potencial de uso madeireiro e não madeireiro, das fisionomias
 141 amostradas nas bacias hidrográficas do Estado do Tocantins; colocou que a
 142 princípio, de uma forma geral, é um estudo bem organizado e possuem muitos
 143 dados interessantes, úteis quanto a diversidade de espécies, distribuição
 144 espacial e vários outros critérios; no entanto, ressaltou que observaram que o
 145 próprio estudo traz na sua página 116, apesar da confiabilidade obtida na
 146 variação das estimativas do volume do material lenhoso e estoque de carbono
 147 dentro de todas as fisionomias amostradas nas bacias inventariadas do Estado
 148 do Tocantins, que são confirmados pelos baixos erros percentuais de
 149 amostragens e variações dos dados, estes devem ser utilizados como subsídios
 150 nas comparações e análises de estudo de vegetação; pontuou que os
 151 resultados obtidos não devem substituir os Projetos de Exploração Florestal
 152 requeridos pelo Naturatins para licenciar processo de desmatamento de
 153 vegetação nativa dentro do Estado, dada a especificidade de cada área
 154 requerida ao desmatamento e, completou que para maior confiabilidade dos
 155 Projetos de Exploração Florestal do Estado do Tocantins; recomendou a
 156 realização de um estudo de cubagem rigorosa visando a geração de equações
 157 para determinação de volume, biomassa e estoque de carbono da vegetação
 158 arbórea para cada fisionomia no Estado em diferentes regiões. Continuando
 159 disse que recebe o trabalho com bons olhos; que foi observado a participação

160 de vários profissionais especializados; pontuou que 1.902 unidades amostrais,
 161 que totalizam 94,82ha, não podem de forma alguma representar cirurgicamente
 162 os montantes madeireiros que o Estado possui atualmente. **Rodrigo**
 163 **(SEPLAN)** disse que não tinha uma referência para o Inventário, que a
 164 referência existente era de procedimento para desmatamento; disse que no
 165 escopo do trabalho não havia a questão de cubagem, medição é que isso é
 166 uma questão muito complexa; pontuou que com o trabalho tem-se um norte
 167 para seguir e que ele indica também a necessidade de manter os
 168 procedimentos legais de inventário até em atendimento a Legislação Federal.
 169 Continuando, disse que se houver dúvidas terá que se verticalizar mais, e, para
 170 ele, não teria como dimensionar todo o Estado em uma escala maior.
 171 Concluindo disse que se não tiver enganado, o Inventário do Tocantins é o
 172 terceiro realizado no Brasil, ao lado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
 173 **Cassius (CREA)** questionou qual seria o motivo de se sustentar uma
 174 volumetria que se estima em torno de 50 m³/ha, e no estudo apresenta quase
 175 duas ou três vezes o valor. **Rodrigo (SEPLAN)** respondeu que nos valores
 176 têm um geral, mas foram também classificados por bacias, então teria que se
 177 ter uma discussão mais específica, inclusive com participação do chefe do
 178 mapeamento e de outros técnicos para uma análise segundo as várias bacias.
 179 Pontuou que a utilização das fórmulas é um procedimento padrão;
 180 considerando trabalhos em áreas homogêneas e similares, em função inclusive
 181 do tempo. **Joseano (UNITINS)** disse que a colocação do Cassius é que para
 182 fazer um Inventário Florestal, quando se tem um limite de até 50 m³/ha e o
 183 Naturatins - órgão responsável pelo licenciamento, permite x% de erros, até,
 184 por exemplo 2%; e que na página 58 do Inventário cita casos que pelo menos o
 185 limite foi extrapolado e está passando 20% do aceitável; pontuou que não
 186 estava questionando a legalidade e cientificidade do trabalho. Continuando
 187 disse que o problema e preocupação é que no estudo florestal seja exigido
 188 uma margem de erros de 2%, não podendo ser maior que isso, então o
 189 trabalho foi feito para subsidiar uma coisa que tem o nível de aprofundamento
 190 pela escala de trabalho, e Inventário Florestal para licenciamento e para
 191 supressão de vegetação tem uma outra colocação, uma outra escala de
 192 abordagem. **Rodrigo (SEPLAN)** respondeu que para dar uma resposta mais
 193 efetiva o ideal seria uma Nota Técnica feita pelo Conselho com todos os
 194 questionamentos e encaminhada a Seplan; finalizou sugerindo que fosse
 195 discutido na Câmara Técnica de Florestas. **Sani (FAET)** disse que achou o
 196 trabalho muito bem feito. Comentou sobre sua participação na Câmara Técnica
 197 de Unidade de Conservação onde se comprometeu a colaborar mesmo não
 198 tendo formação na área, mas como produtor rural muito preocupado com a
 199 preservação do meio ambiente. Continuando disse que ia se ater a alguns
 200 comentários do inventário; citou as compensações ambientais; do passivo
 201 ambiental, e questionou o tamanho do ativo ambiental. Comentou que algumas
 202 espécies é possível fazer a preservação e explorar economicamente; citou
 203 como exemplo as plantas medicinais; que o produtor poderia ser incentivado a
 204 essa prática no lugar de plantar soja ou criar gado, seguindo exemplo de
 205 alguns municípios de Minas Gerais. Concluiu ratificando que em todas as
 206 discussões a FAET e a CNA irá trazer a sua colaboração pois pensa ser
 207 possível a agropecuária e o agronegócio brasileiro também colaborar com a
 208 preservação do meio ambiente. O **Secretário Executivo Rubens** disse que na
 209 nova Legislação do Código Florestal está inserido o Cadastro Ambiental Rural
 210 (CAR) e que a Semades está tentando torna-lo possível; explicou que o CAR
 211 se tornou auto declaratório, onde o proprietário informa o ativo e passivo
 212 existente e, com base nessas informações, está sendo pensado o programa de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

213 pagamento dos serviços ambientais, citado pelo Senhor Sanir. Continuando,
 214 pontuou que ninguém conseguiu identificar os recursos para remunerar o
 215 produtor; que está sendo estudando essa questão em todo o Brasil; que é algo
 216 novo; que o foco no Tocantins é identificar uma forma de criar um sistema para
 217 que o produtor ou um prestador de serviço possa autodeclarar de forma bem
 218 simples. Disse ainda que atualmente em uma estimativa rápida vai ter que ser
 219 feito o CAR de 85 mil propriedades rurais. **Sani (FAET)**, ressaltou que sua
 220 preocupação é com todo o Estado, que a sua colocação foi para que seja
 221 refletida pelos conselheiros. Concluiu dizendo que vai procurar e compartilhar
 222 informações junto com os dados que a CNA fornecer. **Joaquin (SEPLAN)**
 223 disse que talvez um dos objetivos principais do Mapeamento do Inventário, foi
 224 pensado como subsídio para um programa maior de zoneamento ecológico
 225 econômico, que vai ser uma Política de ordenamento e indicação de uso; que o
 226 zoneamento, quando finalizado, tem que ser exaustivamente discutido no
 227 COEMA e em outras instâncias legais até virar Lei; ressaltou que toda
 228 discussão técnica são de uso indicativo, sem força legal; que é, basicamente,
 229 um subsídio técnico científico para tomar decisões posteriores que tem de ser
 230 discutidas; que por enquanto, a nível da SEPLAN, as decisões básicas de todo
 231 o trabalho são para realizar um dos mapeamentos, subsídio importante para
 232 realização do Zoneamento Ecológico Econômico. Finalizando, disse que a
 233 SEPLAN tem uma responsabilidade legal perante a Assembleia Legislativa,
 234 que tem uma Lei de Zoneamento Ecológico Econômico aprovado e com prazo
 235 de validade. **Diogo (CREA)** considerou que a conclusão é que o Inventário
 236 Florestal serviria de referência para análise do volume do material lenhoso e
 237 disse que a preocupação do CREA é que o inventário foi feito em 94 ha e
 238 levando em consideração a extensão territorial do Estado é ínfimo e que em
 239 outros inventários já realizados no Estado, em que representam 3% ou 4% de
 240 área inventariada, os volumes apresentados são bem inferiores às estimativas
 241 apresentadas hoje. Disse que a preocupação é que se essa volumetria servir
 242 de parâmetro para Autorização de Exploração Florestal - AEF, pode ocorrer
 243 que um imóvel com AEF super estimado vai estar acobertando dois ou três
 244 supressões vegetais arbóreas que não estarão regularizadas e solicitou rever
 245 a situação apresentada, especialmente quanto à utilização dos dados
 246 apresentados. Concluindo, ressaltou que os estudos como base para o
 247 planejamento é interessante, mas que para análise de processo de supressão
 248 vegetal é preocupante, devido ao impacto que isso poderá causar. **Joseano**
 249 **(UNITINS)** pontuou que um trabalho nessa magnitude deveria ter consultado
 250 os engenheiros florestais. **Rodrigo (SEPLAN)** salientou que o trabalho já
 251 começou a ter resultado em termos de desdobramento e ressaltou que o
 252 Estado deve utilizar o trabalho como referência para iniciar as discussões, mas
 253 que a ideia em nenhum momento foi parar os estudos. **Gino (Naturatins)**
 254 pontuou que o documento já começou a surtir efeito, diante das discussões;
 255 sugeriu que após discussão na Câmara Técnica do COEMA seja contemplado
 256 uma nota de esclarecimento do que está sendo discutido e justificou para que
 257 não venha redundar no futuro justamente o que foi demonstrado em termos de
 258 preocupação por parte dos conselheiros. **O Secretário Executivo** ressaltou
 259 que a Câmara vai ter um papel importantíssimo e gerar um documento com
 260 subsídio legal, no processo de tomada de decisão, quando se trata de
 261 cobertura vegetal no Estado e que hoje o documento de referência para efeito
 262 de políticas públicas será o Inventário. Advertiu que isso pode excluir algum
 263 interesse específico de uma determinada região e finalizou dizendo que a
 264 Câmara vai definir o instrumento de validação. **Cassius (CREA)** solicitou a










265 inclusão do CREA na Câmara Técnica Permanente de Florestas. **Ediclea**
 266 **(Semades)** informou que não tem como incluir, porque a Câmara está
 267 composta pelos sete membros, mas que pode participar como convidado, com
 268 direito a voz. **O Secretário Executivo Rubens** sugeriu, em virtude da
 269 complexidade da discussão, formar GT e convidar outros interessados que não
 270 estão contemplados no COEMA. **Gino (Naturatins)** insistiu que sua
 271 preocupação é que, mesmo que o documento esteja muito bem estruturado,
 272 ele representa uma faca de dois gumes, ressaltou que o brasileiro não tem
 273 habilidade no que concerne a política pública e que pratica políticas "de
 274 governo" e que sua preocupação é que o governo com suas políticas
 275 partidárias entenda de maneira errada o desenvolvimento do território
 276 tocantinense e utilize de forma equivocada esse documento e anule tudo que
 277 está abaixo dele. E finalizou que isso poderia inclusive inviabilizar o estado
 278 ambiental e economicamente. **Joaquin (SEPLAN)** ressaltou que o Inventário
 279 tem uma dimensão de escala e que a discussão deve ser feita em referência a
 280 escala; concordou com a colocação de Gino e disse que o trabalho foi pensado
 281 para ser uma referência indicativa, primeiro foi pensado como subsídio para o
 282 desenvolvimento ecológico-econômico em nível macro de utilização do
 283 território e se for aplicado em espaços menores vai ter menor escala e que não
 284 deve perder de vista os planos de utilização e os planos de validade científica.
 285 **Gino (Naturatins)** questionou se o texto deixa claro o entendimento. **Diego**
 286 **(CREA)** argumentou que na apresentação foi informado que o documento será
 287 usado como referência na análise da volumetria. **Rodrigo (SEPLAN)**
 288 argumentou que devido a tantas informações a serem apresentadas,
 289 constantes de um trabalho de três anos, com diversas abordagens, talvez não
 290 tenha ficado muito clara, mas que usou a referência para partir para uma
 291 discussão técnica. **Cássius (CREA)** salientou que concorda com Gino e que é
 292 também a preocupação do CREA e que a forma como o Sr. Joaquim colocou é
 293 muito diferente e que muda todo o escopo do que está sendo subentendido,
 294 que ele foi específico dizendo que o trabalho é na escala de um para cem mil,
 295 teve uma amostragem x, em função do território e serve para ordenamento
 296 territorial e que isso é o correto, mas se for como apresentado, isso o deixa
 297 preocupado e finalizou solicitando esclarecimento do que realmente é o
 298 trabalho. **Rodrigo (SEPLAN)** ressaltou que o trabalho inicial foi discutido no
 299 âmbito do governo federal para apoiar o zoneamento e extrapolou para as
 300 questões de inventário e frisou a capacidade técnica do Joaquim, estatístico
 301 de formação e de ação. Em seguida ressaltou que é preciso que todos leiam o
 302 material e partir para a discussão técnica, porque está começando a verticalizar
 303 questões que não são do trabalho e definir para onde se vai, citou que um
 304 deles é a Reserva Legal, que é uma informação necessária para a questão de
 305 uso da terra no Estado, iniciando na Seplan, passando pela Seagro e
 306 Naturatins, citou também o planejamento das estratégias para conservação,
 307 proteção e utilização dos recursos naturais, isso também tem que balizar,
 308 associados a outros e disse que nada disso vai descartar a necessidade de um
 309 inventário específico como no caso de implantação de área para conservação
 310 em função da escala e do objetivo do trabalho, disse que isso é para
 311 exemplificar que o documento não responde tudo. **Jorge Leonam (Naturatins)**
 312 disse que está preocupado com a questão das Unidades de Conservação que
 313 o estudo apontou, pois algumas das fitosionomias estão sendo extintas e que o
 314 Estado é muito lento na criação de UC e ressaltou a necessidade de acelerar a
 315 criação de UC como forma de garantir a existência de algumas fitosionomias.
 316 **Joseano (Comunidade Científica)** desejou bom trabalho a Rubens e solicitou
 317 que fosse convidado para compor o GT, como proposto, o pessoal do curso de
 318

Handwritten signature in blue ink.

319 Engenharia Florestal e do mestrado do Campus de Gurupi. O **Secretário**
 320 **Executivo Rubens** concordou e informou que a Semades teve o contato
 321 efetivo com esse grupo, quando foi apresentar o Plano Estadual de Floresta.
 322 **Daniel (CREA)** disse que concorda com o exposto pelo Joaquim (SEPLAN) e
 323 que achou muito relevante, pois a questão de escala é primordial para se
 324 entender qualquer estudo, mas que em alguns trechos, propositalmente são
 325 utilizadas palavras que fazem com que o texto se torne uma brecha jurídica
 326 para decisões futuras que venham causar um dano irreparável na natureza e
 327 ressaltou que sua preocupação é a clareza nas explicações e nos dados
 328 apresentados, finalizou questionando o uso da palavra referência. **Joseano**
 329 **(Comunidade Científica)** comentou que a interpretação errônea de como será
 330 utilizado os dados apresentados pode causar muitos problemas jurídicos, já
 331 que estará disponível na internet a partir de sexta-feira. **Rodrigo (SEPLAN)**
 332 ressaltou que esperou muito tempo para fazer a apresentação a uma instância
 333 normativa e deliberativa para apresentação aos técnicos que trabalham e
 334 militam essas questões; e perguntou se o material deveria ser mais discutido
 335 antes de publicar na internet. **Diego (CREA)** argumentou que o documento
 336 está sendo primeiro apresentado ao COEMA porque pode ser subsidio para
 337 uma futura resolução ou lei, automaticamente, o que está sendo dito dentro do
 338 documento vai virar resolução ou lei. E repetiu o questionamento do Bruno, o
 339 porque ser discutido no COEMA, porque a SEPLAN simplesmente não o
 340 publica como fez com o zoneamento, e quais as reais intenções para esse
 341 documento servir como referência. Finalizou ratificando que o documento como
 342 referência para zoneamento, planejamento é excelente, mas a questão
 343 específica da volumetria está fora da realidade. O **Secretário Executivo**
 344 **Rubens** disse que a ideia era apresentar o trabalho, mas como vai ser
 345 remetido à Câmara Técnica, e o Rodrigo sintetizou uma apresentação do
 346 trabalho em 90 slides, algumas informações que precisam ser mais detalhadas
 347 vão ser discutidas no âmbito da Câmara. Em seguida parabenizou o CREA por
 348 terem analisado de forma mais profunda o documento e indicado os pontos
 349 polêmicos. Em seguida retomou o questionamento do Joseano quanto a
 350 disponibilizar ou não o material no site da SEPLAN, e ressaltou que como não
 351 é oficial, a ideia é que o COEMA referende, ou seja, tem que se avaliar se isso
 352 é pertinente ou não. **Rodrigo (SEPLAN)** disse que é uma discussão técnica e
 353 o documento pode ter desdobramento político e econômico e que se não for
 354 coloca-lo no ar até sexta-feira tem que estabelecer um prazo para isso, para
 355 que não se perca 4 milhões de investimento e também a possibilidade de
 356 utiliza-lo futuramente. **Joaquin (SEPLAN)** levantou a questão que o interesse
 357 da SEPLAN é puramente técnico e que o documento ainda não foi para a
 358 esfera política; que o interesse é uma avaliação técnica do trabalho; disse que
 359 lá na frente politicamente vai ter problema; que é um trabalho cientificamente
 360 muito bom, não se pode perder e que no Tocantins muitas vezes falta
 361 informação. Disse também que outra questão é a disseminação para pessoas
 362 que militam na área e tem essa preocupação, por isso a opção por apresenta-
 363 lo ao COEMA. Ressaltou que certamente o trabalho foi apresentado de uma
 364 forma geral e que nesse momento gerou uma resistência muito forte, porque o
 365 pessoal tem medo e encara a questão ambiental como restrição; pontuou que é
 366 questão de responsabilidade; concluiu que os técnicos do setor público devem
 367 ter responsabilidade de olhar no longo prazo para o meio ambiente; ressaltou a
 368 diferença do prazo do investidor (que é o de recuperação do investimento) e
 369 pontuou que cabe a câmara técnica discutir detalhadamente a questão. O
 370 **Secretário Executivo Rubens** perguntou se tinha mais alguma questão
 371 quanto ao acesso à informação. **Diego (CREA)** ressaltou que não acha

372 coerente disponibilizar um documento que é discutível, especificamente a
 373 estimativa de material lenhoso e o ponto x da questão é a volumetria do
 374 Inventário. **Cassius (CREA)** disse que a fala do Joaquim esclarece e deixa
 375 todo mundo tranquilo, mas que na hora que passa para questão de referenciar
 376 deixa todos apreensivos e disse que para ele tem que sair uma informação do
 377 poder público responsável com esclarecimento sobre o fato e que precisa
 378 discutir um pouco mais sobre a volumetria. O **Secretário Executivo Rubens**
 379 esclareceu que a questão da volumetria será discutida na Câmara Técnica e
 380 que serão convidados os responsáveis pela elaboração do Inventário.
 381 Continuando sugeriu que quanto ao acesso à informação, como o trabalho é de
 382 autoria da SEPLAN e os demais são consumidores, que no período anterior ao
 383 referendo do Conselho criar restrição ao acesso a essa informação, ou seja,
 384 poderia criar um documento que quem tiver acesso as informações
 385 preliminares não poderá divulgar porque o trabalho ainda não é público.
 386 Ressaltou que talvez servirá para ter uma base para subsidiar as críticas e
 387 sugestões que surgirem nesse processo. **Rodrigo (SEPLAN)** sugeriu
 388 disponibilizar apenas os mapas em formato de (PDF) de regiões fitoecológicas
 389 e disse que tem um problema técnico e legal que indica que a Reserva Legal
 390 varia de acordo com a coeficiência de cerrado e floresta, mas não fala
 391 absolutamente nada de bioma, então o COEMA poderá disponibilizar nota
 392 técnica dizendo que o material está disponível e em discussão e justificou que a
 393 imprensa está noticiando que o documento estará disponível no site na sexta-
 394 feira. **Paula (NATURATINS)** pontuou que existe uma lei que obriga a
 395 disponibilização do documento ao público, que se já foi divulgado, deve-se ter
 396 os cuidados que estão sendo pleiteados e questionou como vai ser explicado
 397 que o documento não estará mais disponível. **Diego (CREA)** contestou que a
 398 questão levantada é que esse material não seja utilizado como referência para
 399 análise de volume de material lenhoso, mas que pode ser publicado fazendo
 400 uma nota técnica do COEMA dizendo que esse material não serve de
 401 referência para análise de material lenhoso até deliberação das Câmaras
 402 Técnicas e aprovação pelo COEMA. O **Secretário Executivo Rubens**
 403 ressaltou que essa discussão é para a Câmara Técnica e esclareceu que o
 404 CREA fez uma análise específica do documento, mas que ainda não era
 405 opinião do Conselho e que as questões levantadas ainda não tem uma
 406 comprovação científica ou da SEPLAN. **Diego (CREA)** insistiu que a sugestão
 407 era só até a discussão da Câmara e questionou o Secretário Executivo quanto
 408 à Nota Técnica, se este não queria que esta fosse publicada e pontuou que
 409 estava ficando tendencioso. **Joseano (Comunidade Científica)** disse que no
 410 seu entendimento o documento está aprovado, mas que precisa no dia da
 411 publicação dizer que os dados da volumetria está sendo analisado. **Rodrigo**
 412 **(SEPLAN)** questionou que nunca viu o Estado disponibilizar um material e ao
 413 mesmo tempo lançar uma nota técnica dizendo que o documento está sendo
 414 analisado. **Cassius (CREA)** questionou o porque do Inventário vim para o
 415 COEMA e pontuou que se for uma coisa de Estado que este o publique e
 416 assuma a responsabilidade com o contratante. Continuando, ressaltou que
 417 está sendo dando a oportunidade para discussão, que vai haver divergências,
 418 mas que o CREA está disposto a apoiar o Governo, pois trabalham com
 419 informações e necessitam delas e frisou que é o Governo que tem dinheiro
 420 para investir nesses estudos. **Daniel (CREA)** ressaltou que o estudo está
 421 excelente e o que o problema não é a ferramenta e sim a utilização; que podem
 422 se utilizar da informação de forma errada. O **Secretário Executivo Rubens**
 423 voltou a falar que esse tema requer discussão no âmbito da Câmara Técnica,
 424 mas que agora deve-se definir quanto ao acesso a informação, que ela ainda

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and a signature on the right with the date 8/12.

425 não é pública e que só será pública depois que tiver análise e aprovação do
 426 Conselho. Em seguida sugeriu manter o material em análise pelos
 427 Conselheiros e Câmara Técnica. Sugeriu também que a Câmara defina um
 428 cronograma de reuniões com prazo para apresentação do relatório final ao
 429 COEMA, que deverá aprovar ou desaprovar o documento e também definir
 430 qual o mecanismo legal se é uma Resolução do Conselho ou se é uma Lei
 431 Estadual e finalizou sugerindo que o Inventário não seja publicado. **Gino**
 432 **(NATURATINS)** ressaltou que concorda com Paula e sugeriu publicar uma
 433 Nota Técnica de esclarecimento, pois uma vez que a imprensa veicula a sua
 434 maneira, amanhã ou depois, a informação que o governo do Estado está
 435 publicando um documento técnico, tendo passado pelo COEMA, isso vai ter
 436 uma repercussão muito forte. E ressaltou que o COEMA também assume o
 437 risco, e considerando que já foi declarado que hoje seria uma apresentação e
 438 que o COEMA não iria tratar o documento em caráter deliberativo, não é isso
 439 que a imprensa vai veicular. **Joaquin (SEPLAN)** arguiu que o propósito do
 440 documento não é virar uma lei, mas isso quem vai decidir é a Câmara Técnica,
 441 para quais finalidades ele vai ser utilizado; para ele, o estudo como documento
 442 científico na escala que foi feito tem validade. Sugeriu colocar na Nota Técnica
 443 que o documento não é lei e não pode servir como referência para questões
 444 legais, para fins de licenciamento. **Rodrigo (SEPLAN)** argumentou que o
 445 COEMA gere uma Nota Técnica e a publique no site da SEMADES, que apesar
 446 do documento ter sido apresentado, os membros do Conselho consideraram
 447 pertinente que houvesse uma discussão e deliberação dentro da Câmara
 448 Técnica. **Joaquin (SEPLAN)** discordou e disse que na Nota Técnica não pode
 449 culpar o COEMA por nada. **O Secretário Executivo Rubens** pontuou que a
 450 origem de tudo é da SEPLAN, que o COEMA só foi a instância mais apropriada
 451 para discutir o assunto de forma colegiada; mas se vai se tornar um decreto ou
 452 lei, isso vai ser discutido em âmbito da Câmara Técnica. E sugeriu não colocar
 453 Nota Técnica, que SEPLAN faça um comunicado dizendo que na reunião do
 454 COEMA foi sugerido que antes da publicação deveria ser feito uma análise e
 455 não tinha data prevista para ser publicado. **Rodrigo (SEPLAN)** ressaltou que
 456 pode sofrer pressão, demandas de sindicato de órgãos de pesquisa pedindo
 457 informação, mas pontuou que enquanto não estiver no site oficial não é de uso
 458 público ainda. Concluindo, ressaltou que já era dezoito horas e a plenária ainda
 459 estava cheia e que isso ratifica a preocupação da Seplan de que trouxesse a
 460 discussão do documento em um dia específico e que estava claro que ainda
 461 terá outros desdobramentos. **Cássius (CREA)** pontuou que está participando
 462 da Câmara de Licenciamento e que tem muita gente que falta e solicitou maior
 463 participação dos membros. **O Secretário Executivo Rubens** perguntou se
 464 mais alguém gostaria de participar das discussões na Câmara Técnica. Não
 465 houve manifestação e repassou que o CREA é o primeiro da lista do cadastro
 466 de reservas. Concluindo informou que havia mais uma pauta - a Política de
 467 Biodiversidade, mas como não teve tempo hábil ficará para a próxima reunião.
 468 Em seguida agradeceu a participação de todos na rica reunião de hoje; pela
 469 confiança em confirmá-lo como secretário executivo; que espera contribuir com
 470 o Conselho e finalizou encerrando a reunião. Desta forma, a ata uma vez
 471 aprovada pelo plenário, será assinada por todos os conselheiros.

Alan Kardec Martins Barbiero
 Presidente

Rubens Pereira Brito
 Secretário Executivo

Man 




Alexandre Tadeu de M. Rodrigues
Naturatins

Rômulo Rogério Jacome Mascarenhas
Naturatins

Neila Pereira dos Santos
ATM

João Paulo Ribeiro Filho
ATM


Corombert Leão de Oliveira
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e
do Desenvolvimento Agrário

Patrícia de Jesus Sales
Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do
Desenvolvimento Agrário

~~**Romão Miranda Vidal**
Secretaria de Ciência e Tecnologia~~

~~**Álan Rickson Andrade de Araújo**
Secretaria de Ciência e Tecnologia~~

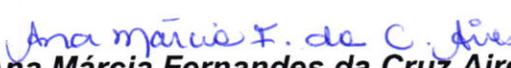
Roselice Ferreira da Silva
Secretaria da Educação

Maximiano Santos Bezerra
Secretaria da Educação

Drayan Macrini Moreira
Secretaria da Indústria e do Comércio


Maurício Araújo Castilho
Secretaria da Indústria e do Comércio

André Carneiro de Paiva
Secretaria da Infraestrutura


Ana Márcia Fernandes da Cruz Aires
Secretaria da Infraestrutura

Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes
Secretaria do Planejamento


Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento

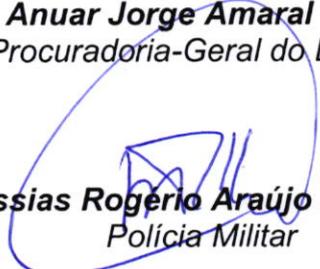

Isis Graziela Araújo Munford
Secretaria da Saúde

Edna Moreira Soares
Secretaria da Saúde

André Luiz de Matos Gonçalves
Procuradoria-Geral do Estado

Anuar Jorge Amaral Cury
Procuradoria-Geral do Estado

João Batista de Souza Alves
Polícia Militar


Messias Rogério Araújo Albernaz
Polícia Militar

Paulo Henrique Ferreira Massuia
Agência de Desenvolvimento Turístico

Ricardo de Souza Fava
Agência de Desenvolvimento Turístico

Rafael Gomes Menezes
Ministério Público Estadual

Márcio Augusto da Silva
Ministério Público Estadual

Raimundo Wilson Ulisses Sampaio
Assembléia Legislativa

Poliana Reis Souza
Assembléia Legislativa


Joaquim Henrique Montelo Moura
IBAMA

Lenine Barros da Cruz
IBAMA


Joseano Carvalho Dourado
Comunidade Científica

Eric Luiz Rodrigues de Sá
Comunidade Científica

Avanilson Ijararu Dias Aires Karajá
Comunidade Indígena

Manoel Moreno de Carvalho Xerente
Comunidade Indígena

Antônio Rodrigues da Silva Neto
Saneatins

Diogo Pedreira Lima
Saneatins

Nasser lunes
FAET


Sani Jair Garay Naimayer
FAET

Antônia Leão da Silva
FETAET

Maria Ednalva Ribeiro da Silva
FETAET

José Roberto Fernandes
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Claudia Maria dos Santos
FECOMÉRCIO

Pedro Ferreira de Sousa Filho
FECOMÉRCIO

Cassius Ferreira Gariglio
CREA

Diego Zanchi Battistella
CREA



Adelmário Alves dos Santos
ONG/Ecoterra



Helber Franco de Oliveira
ONG/AMEAMA

Instituições Ausentes:

Associação Tocantinense dos Municípios – ATM;
~~Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT;~~
Secretaria da infraestrutura – SEINFRA;
Procuradora Geral do Estado – PGE;
Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR;
Ministério Público Estadual – MPE;
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa – AL;
Comunidade Indígena;
Federação do Comércio do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO.